

Fotografia como campo de luta feminista: narrativa e memória ética pelo direito ao aborto legal

Photography like feminist struggle: narrative and ethical memory for the right to legal abortion

La fotografía como lucha feminista: narrativa y memoria ética por el derecho al aborto legal

Angie BIONDI

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
angiebiondina@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0486-1081>
Brasil

Rita Maria RADL-PHILIPP

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. Universidade Santiago de Compostela
ritam.radl@usc.es
<https://orcid.org/0000-0002-9393-7753>
España

Ângela Cristina SALGUEIRO MARQUES

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
angelasalgueiro@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>
Brasil

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 162, agosto-noviembre 2026 (Sección Diálogo de saberes, pp. 283-306)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 29-06-2026 / Aprobado: 20-08-2026

Resumo

O artigo investiga similaridades encontradas nas fotografias de dois movimentos sociais recentes na luta pelo direito ao aborto legal, *Niñas, no madres*, na Argentina, e *Criança não é mãe*, no Brasil. A análise indica que aspectos visuais e enunciativos reforçam a hipótese de refluxo entre movimentos, capaz de aproximá-los visualmente e temporalmente. Entra em cena a relação recursiva de imagens e lutas que busca ativar arranjos entre individual e coletivo, violência e direito, transformando maneiras de sensibilização e imaginação. Argumenta-se que tais imagens costuram um tipo de visualidade narrativa de memória que conduz episódios de violência buscando ressignificação no presente reposicionando a dor no campo de luta política nos diferentes espaços das ruas, dos corpos e dos olhares.

Palavras-chave: aborto legal; feminismo; fotografia; narrativa visual.

Abstract

The article investigates similarities found in photographs of two recent social movements fighting for the right to legal abortion, *Niñas, no madres*, in Argentina, and *Criança não é mãe*, in Brazil. The analysis indicates that visual and enunciative aspects reinforce the hypothesis of reflux between movements, capable of bringing them closer together visually and temporally. The recursive relationship between images and struggles comes into play, seeking to activate arrangements between the individual and the collective, violence and rights, transforming ways of raising awareness and imagination. These images bring together a type of narrative visuality of memory that conducts episodes of violence seeking to resignify themselves in the present, repositioning pain in the field of political struggle in the different spaces of the streets, bodies and gazes.

Keywords: legal abortion; feminism; visual narrative; photography.

Resumen

El artículo investiga las similitudes encontradas en fotografías de los movimientos sociales recientes que luchan por el derecho al aborto legal: *Niñas, no madres*, en Argentina, y *Criança não é mãe*, en Brasil. El análisis indica que los aspectos visuales y enunciativos refuerzan la hipótesis del reflujo entre movimientos, capaz de acercarlos visual y temporalmente. La relación recursiva entre imágenes y luchas entra en juego, buscando activar acuerdos entre lo individual y lo colectivo, la violencia y los derechos, transformando las formas de concienciación y la imaginación. Se argumenta que dichas imágenes construyen un tipo de visualidad de la visualidad narrativa de la memoria que conduce episodios de violencia buscando una resignificación en el presente, reposicionando el dolor en el campo de la lucha política en los distintos espacios de las calles, los cuerpos y las miradas.

Palabras clave: aborto legal; feminismo; narrativa visual; fotografía.

Introdução

Nesse artigo, buscamos desenvolver uma reflexão teórico-crítica acerca da recursividade entre dois movimentos latino-americanos pelos direitos sexuais e reprodutivos; *Niñas, no madres*, na Argentina, e *Criança Não é Mãe*, no Brasil, analisando sua efetivação no âmbito das imagens. Argumentamos que ambos se apoiam em conhecidos episódios de violências em função do gênero, resultados de crimes cometidos contra meninas, nos dois países, cujas experiências vividas em suas vidas pessoais atravessam a reivindicação ao aborto legal a fim de legitimá-la coletivamente. Nos dois casos, observamos que as manifestações evocam as memórias das violências sofridas pelas meninas buscando ressignificar a dor individual em luta coletiva, articulando e organizando um sentido político às experiências com vista ao alcance do direito ao aborto legal.

Para isso, enfatizamos, neste texto, uma parte pontual do *corpus* empírico da pesquisa, destacando os materiais fotográficos que foram produzidos a partir da cobertura de recentes manifestações públicas pelo aborto legal, nos dois países. Foram selecionadas duas grandes manifestações de rua sob a defesa da pauta pelo aborto legal e seguro; uma, em 2019, na Argentina, outra, em 2024, no Brasil, no intuito de observar e sublinhar a recorrência temática através da composição fotográfica elaborada pelos aspectos plásticos (plano, enquadramento e cor) e visuais (personagem, gesto). Assim, o texto está organizado em duas partes: a primeira seção apresenta um recorte da empiria com fotos de protestos ocorridos na Argentina, em 2019; a segunda seção, traz fotos de protestos realizados no Brasil, em 2024. Vale a pena destacar que as fotografias são provenientes de duas fontes independentes, isto é, de profissionais sem vinculação direta com instituições da imprensa tradicional, mas que negociam suas produções para veiculação em diferentes meios, seja através de seus perfis pessoais em redes sociais, seja através de coletivos políticos e/ou ativistas. A primeira seção trabalha as produções assinadas pelo *Coletivo Manifiesto*, um grupo argentino de feministas, com integrantes profissionais do jornalismo ou amadoras, que elaboram imagens distribuídas por diferentes mídias (vídeos, fotos, áudio) e para diferentes veículos (jornais, portais de notícia, redes sociais). A segunda seção apresenta fotos de Júnior Lima, um profissional de comunicação, *freelancer*, que também produz em diferentes mídias para diferentes meios. Essa descentralização da instância de produção das imagens para diferentes meios emerge como uma das características atuais do discurso comunicativo feminista que, segundo Gustafson (2019), possibilita a confluência estratégica de uma perspectiva de gênero aliada aos direitos humanos que tensiona modos tradicionais do enquadre jornalístico. Desse modo, é possível encontrar as mesmas fotos em um perfil de rede social ou em um portal de notícias.

Ressaltamos que o objetivo deste texto é analisar as fotografias através de um exercício interpretativo de inflexão teórica, que privilegia a composição das imagens como parte integrante de uma operação de ressonância e aproximação

temática, enunciativa, entre as experiências de violência individuais e a organização dos movimentos coletivos. Por isso, não se trata de reconstituir um circuito de circulação dessas imagens, mas compreender o arranjo estético político como elemento operativo que fundamenta temas e/ou pautas feministas como um tipo de visualidade narrativa de memória.

No texto, analisamos como as fotografias captadas nas coberturas dos protestos, nos dois países, apresentam as marcas sensíveis e enunciativas de uma relação marcada entre violência e direito, individual e coletivo, realizada através de um exercício performativo que constitui a ação feminista voltada à aproximação de corpos, ao encontro de vozes, à aliança de gestos, ressignificando as distâncias e diferenças particulares. Na perspectiva teórico-metodológica utilizada, as imagens fotográficas constituem um “dispositivo imaginal ou imaginativo” de linguagem estética (Calderón, 2020; 2023), que retira a fotografia da concepção de objeto advindo de um “ato” (Dubois, 1983) para reinscrevê-la em uma relação dialética com os diversos agentes implicados no tempo e espaço do um com o outro; quem fotografa, quem é fotografado e quem vê (Benjamin, 1985; Lissofsky, 2023). Ao final, indicamos que, através das imagens, a ação performativa que atravessa a reivindicação de direitos sexuais e reprodutivos é elaborada em uma espécie de “política de memorialização” (Butler; Athanasiou, 2023; Jelin, 2024) de violências experienciadas no passado transformada em luta pelo direito político atualizada no presente, isto é, aquela que, simultaneamente, enluta, rememora e resiste.

Dessa forma, a análise teórica se situa em uma linha epistêmica de pesquisas de protestos feministas através da imagem que vai além da simples representação dos protestos feministas, “...as imagens, como os textos, não falam por si. Só em diálogo podem significar e operar como agentes transformadores do social” (Pinto-Coelho, Z. et al., 2021, p.11). Partimos da ideia das imagens como discurso referente aos protestos feministas, cujo tema é a questão do direito ao aborto legal e seguro às meninas dos movimentos pesquisados. Esse processo compõe uma dinâmica de interação provocada pela imagem que segue um curso circulatório dialético na relação da imagem do ato representado e a espectadora ou espectador, numa relação comunicativa de significação e ressignificação constante (Radl Philipp, 2011, 2012b, e Radl Philipp et al., 2001). Em outras palavras, articulando uma visão construtivista sobre os meios e os novos meios tecnológicos da comunicação; “...las imagenes y los contenidos comunicativos representan la realidad a la vez que intervienen de forma activa en la construcción y reconstrucción de la misma” (Radl Philipp et al., 2001, p. 322).

Niñas, no madres: semelhança e eco da violência estatal na imagem

Segundo informações disponíveis nos sites das organizações Anistia Internacional, *Consortio Latinoamericano Contra el Aborto Inseguro* (CLACAI) e *Grupo de Información en Reproducción Elegida* (GIRE), foi criado, em 2016,

juntamente com outras entidades, o movimento *Niñas, no madres*, com o intuito de visibilizar os inúmeros casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes que, vítimas de estupros, tinham acesso restrito ou negado ao aborto legal, na maior parte dos países da América Latina. Apoiadas em pesquisas realizadas nos anos anteriores, as organizações denunciavam o agravamento da precariedade da saúde física, mental e emocional de menores vulneráveis, bem como o aumento no número de mortes por gravidezes forçadas em países que já apresentavam altas taxas de gravidez entre menores de 15 anos.

O perfil majoritário das meninas e jovens que engravidaram a partir de atos de violência sexual, indicou ainda que o contexto de pobreza e recorte racial adensava a discriminação que sofriam ao enfrentarem dificuldades ou restrições de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o direito ao aborto legal, mesmo nos países nos quais esses casos já eram previstos em lei. Foi o que ocorreu na Argentina, Peru, México, Guatemala e Brasil, cujos índices aumentaram desde o período da pandemia da Covid-19, em 2020.

A criação do movimento teve, como objetivo central, dar visibilidade à naturalização das violências de gênero cometidas contra essa grande parcela da população, mas também exigir que os estados respeitassem os direitos sexuais e reprodutivos garantindo o acesso às políticas de saúde, atenção e cuidado. No entanto, ainda em 2019, as entidades rediscutiram a efetividade política do movimento e resolveram adotar uma estratégia diferenciada buscando uma visibilidade específica ao quantitativo de violências por razão de gênero, transformando em denúncia os casos individuais que haviam ocorrido, naquele período, nos diferentes países.

Desse modo, as experiências vividas pelas meninas Norma, no Equador, Fátima, na Guatemala, Lúcia e Susana, na Nicarágua, foram as primeiras a serem levadas ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas para que suas histórias de violência e sofrimento pudessem ser amplificadas e tornadas uma reivindicação coletiva legítima. O site <ninasnomadres.org> foi criado para apresentar as histórias vividas pelas meninas, ilustrando-as como casos emblemáticos que repetem, de maneira similar, as mesmas histórias de violências, embora em diferentes localidades.

A trajetória de vida das meninas foi apresentada de modo a destacar que, mesmo em diferentes pontos do território latino-americano, todas elas tinham experiências similares de agressão, tortura, discriminação e gravidez forçada que se entrelaçavam às histórias de diversas outras meninas e jovens como um aspecto fundamental ao reposicionamento discursivo do movimento. A similaridade das experiências que marcaram a vida das meninas, em diferentes locais, funcionaria como a uma relação recursiva, equivalendo-se em uma forma semelhante ou autorreferencial. Esse aspecto é importante porque conferia uma especificidade às violências de gênero contra meninas imiscuídas em uma prática estrutural comum ao território latino-americano.

Isso ficava ainda mais expressivo quando novos relatos compareciam, no espaço público, através das redes sociais e da imprensa. Em Córdoba, na Argentina, por exemplo, a maior parte dos Centros de Atendimento de Saúde se recusou a interromper a gravidez de menores, mesmo decorrente de estupro, direito permitido por lei desde 1929. Na cidade, a cada ano, foram registrados partos de, aproximadamente, 136 meninas abaixo de 14 anos.

Outras gestações forçadas foram registradas nas cidades de Jujuy, Santa Fé e Tucumán. Todos esses casos foram amplamente divulgados e alcançaram notoriedade no país de modo que iam definindo o tom da discussão pública que ganhava as ruas das cidades argentinas. A cada manifestação, novos casos eram trazidos à tona e novos *slogans* ou “gritos de guerra” eram entoados pelas manifestantes; “obrigar as niñas a parir es tortura”, “la maternidad sera deseada o no sera”, entre outras, mas, todas constituintes do movimento *Niñas, no madres*.

As maiores manifestações e protestos que circundaram o movimento ocorreram há poucos anos, entre 2019 e 2022, em um momento de acirrada polarização político-partidária com a ascensão de grupos de extrema direita que se fortaleceram na Argentina, particularmente, mas nos países latino-americanos, de maneira geral, agravando ainda mais as desigualdades de gênero no território. Muitas organizações e entidades vinculadas aos direitos humanos, além de ativistas e feministas, apresentaram e discutiram os resultados das pesquisas sobre o aumento expressivo de feminicídios, agressões sexuais, mortes maternas, gravidezes forçadas, entre outros crimes contra meninas e mulheres nesse período.

As ações do movimento repercutiram com intensidade agregando milhares de pessoas em torno da agenda colocada. Segundo o estudo *Embarazo y Maternidad en Adolescentes y menores de 15 años*, da Unicef/Argentina, em 2018, no país, a cada quatro horas, registrava-se o parto de uma menina com menos de 15 anos. Em 80% dos casos, a gravidez era resultado de violência sexual cometida por algum membro da família.

Nesse contexto, é importante destacar que entendemos que a associação entre o recrudescimento de grupos políticos conservadores e a situação das violências de gênero tem um forte componente econômico de exploração do tempo, do trabalho e dos corpos femininos, desde muito cedo, mas que, por si só, não conseguiria explicar como se efetiva, no cotidiano, os mecanismos de ativação subjetiva, sensível e moral que sustentam o discurso e ação discriminatórios de tipo tão peculiar como os que constituem as violências, pela condição de gênero, contra mulheres. Buscamos atentar para as imagens das ações de protestos feministas pelo aborto legal e seguro que compuseram o movimento, a fim de identificar quais as nuances performativas e enunciativas presentes nas visualidades e que propunham novas dinâmicas de enfrentamento às experiências de violência, à despossessão e ao controle biopolítico dos corpos de meninas e mulheres.

É possível encontrar uma trajetória de pesquisas dedicadas a analisar imagens de protestos feministas a partir de um referencial teórico que se aproxima daquele utilizado por nós, no intuito de evidenciar práticas empregadas, táticas e linguagens insurgentes, presença de alianças e importância de gerar imagens que desestabilizem modos de ver e pensar as lutas feministas. Luciana Bertolaccini (2020), por exemplo, realizou pesquisa a respeito das estéticas dos protestos pró-aborto na cidade de Rosário, na Argentina, reivindicando a legalização do aborto no país, que alcançou êxito no início deste ano. Ao analisar imagens dos protestos, ela identificou três estéticas recorrentes: a) a estética de luto ou dor; b) a estética da mulher guerreira; e c) a estética da diversão e do prazer (caráter festivo).

Por sua vez, Luciana Ceschin e Virgínia Souto (2021) estudaram imagens de protestos e marchas dos movimentos de mulheres em Brasília entre os anos de 2019 e 2020. Quatro protestos ou marchas foram analisados: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em agosto de 2019; a 1ª Marcha das Mulheres Sem Terra e os eventos relacionados ao Dia Internacional da Mulher (8M), que ocorreram simultaneamente em março de 2020; e o protesto intitulado Justiça por Mari Ferrer, que ocorreu em novembro de 2020. A análise do material visual revela diferentes visualidades fabricadas pelas mulheres ao participar dos eventos, acionando repertórios já existentes ou criando novas visualidades. Tais repertórios visuais estavam inscritos no corpo, sobre o corpo ou suportados pelo corpo das mulheres. Assim, de modo próximo à pesquisa de Luciana Bertolaccini (2020), as autoras identificaram as seguintes estéticas: (1) estética da violência e morte, (2) estética do empoderamento, (3) estética festiva, (4) estética da provocação, e (5) estéticas identitárias.

Bruna Pellegrini (2026) também estuda imagens de protestos feministas no Brasil e no exterior, mostrando como as mulheres utilizam formas visuais herdadas de outros movimentos de ação coletiva, inventando novas, de acordo com as experiências de vida, com as relações que estabelecem com narrativas da cultura pop que se alinham às bandeiras que defendem. Séries televisivas, livros feministas, filmes e peças de teatro passam a ser citados em seus repertórios e incrementam repertórios de outros movimentos. O trabalho de Pellegrini dialoga com a pesquisa de Morgani Guzzo e Cristina Wolff (2020), quando mostram como a luta pelos direitos reprodutivos ao redor do mundo se inspiraram em performances políticas que mobilizam um apelo estético e afetivo, criando uma conexão simbólica com uma agenda transnacional de resistência ao avanço do conservadorismo. As imagens fotojornalísticas são analisadas pela autora de modo a demonstrar como a prática do enquadramento participa da definição dos sentidos sociais atribuídos aos protestos, revelando disputas de visibilidade e reconhecimento.

Carla Gomes e Bila Sorj (2014) afirmam que a presença da exposição do corpo e seu uso como principal instrumento de comunicação também marca as visualidades. O ato de os protestos feministas insistirem em aparecer nos

lugares em que se costuma apagar a existência de determinados grupos é uma das formas em abrir brechas na esfera da aparência e produzir visualidades a partir de uma estética que se torna repertório partilhado. De forma semelhante, Pellegrini (2026) mostra que existe uma transnacionalidade dos repertórios mobilizados que, a exemplo do lenço verde e dos lenços confeccionados em chita, demonstram a mistura de visualidades feministas latino-americanas com elementos que evocam a brasilidade e o popular.

Todas as pesquisas acima mencionadas buscam apoio no pensamento feminista, especialmente de Judith Butler para compreender como corpos femininos em aliança atuam como agentes, mobilizam materialidades e reconfiguram a visibilidade dos corpos em situação de vulnerabilidade. As imagens são consideradas parte de um dispositivo de resistência nos qual performam operações de criação de cenas de aparecimento político coletivo.

Segundo Butler; Athanasiou (2023, p.25), a despossessão abrange inúmeras manifestações de violência colonial, como a confiscação, a violação do corpo físico, a sujeição à violência, à pobreza, à governamentalidade neoliberal. Sob esse aspecto, a despossessão trata de “como os corpos humanos se materializam ou se desmaterializam através das histórias de escravidão, colonização, alienação capitalista, usurpação da terra e do corpo”. A despossessão operaria arranjos autoritários, paternalistas e sexistas de apropriação, criando uma gramática que fere os ideais de emancipação, ética do cuidado e autonomia.

Na pesquisa, compreendemos que as imagens, em suas formas de produção e circulação, adquirem centralidade nos arranjos estéticos que se pretendem políticos. Os modos pelos quais são agenciados imagens e afetos, a fim de mobilizar pessoas, propondo negociações entre valores e sensibilidades, visam compor um quadro legítimo de luta e reconhecimento de direitos que tensionam a imaginação social cotidiana. Para Calderón (2020; 2023), as imagens promovem operações de disposição, de deslocamento e de interrupção da maneira usual como o regime de visibilidade neoliberal reafirma hierarquias e desigualdades nos modos de aparecimento dos sujeitos e de suas formas de vida. Assim, buscamos evidenciar a forma como as imagens funcionam para produzir arranjos e intervalos que reorganizam as relações entre os sujeitos, de modo a desestabilizar as redes conceituais que dão legibilidade e inteligibilidade ao que vemos (Calderón, 2020).

O trabalho das imagens não é traduzir o sensível em sentido que possa ser entendido racionalmente, mas preservar o sensível em sua potência imaginativa. Nesse caso, a relação entre imagem e corpo, imagem e gesto requer a criação de uma zona de indeterminação e de jogo entre operações que desorganizam e redispõem o que está dado, interferindo simbolicamente e materialmente na composição de outras maneiras de experimentar o tempo, o espaço, os objetos, os corpos e as memórias. Acreditamos que a construção de uma memória ética das lutas coletivas precisa de uma linguagem, de uma organização visual que

seja elaborada pela performatividade das imagens como “forma materializada de um ideal que adquire eficácia histórica” (Butler; Athanasiou, 2023, p.124).

Nesse percurso, observamos que as imagens de ações feministas pelo aborto legal não reiteram mais um quadro de isolamento e segregação das pessoas que precisam recorrer a esse tipo de procedimento. O aborto legal é, cada vez mais, considerado uma pauta na discussão pública sobre quem tem a garantia de acesso às políticas de saúde sexual e reprodutiva, porque atinge, majoritariamente, meninas e mulheres que vivem em situação de penúria e injustiça social, sentenciando seus corpos à punição de uma rememoração constante da experiência violenta que degrada a vida em todas as suas dimensões física, emocional, afetiva e política.

As fotografias de manifestações feministas por um movimento como o *Niñas, no madres*, que têm circulado entre as diferentes mídias, na atualidade, buscam retratar modos de vida e subjetividade dos corpos institucionalmente violados para serem (re)posicionados e (re)vistos na esfera pública, instituindo seu próprio espaço de cena qualificável e reconfigurando os elementos participantes da cena: quem fotografa, quem é fotografado e quem vê o que se fotografa. Nesse sentido, argumentamos que as fotos ultrapassam um valor de registro ou de catalogação de eventos cotidianos para serem colocadas em circulação como elementos que disputam o repertório político hegemônico da imaginação social, colocando em cena outros signos codificáveis de luta pelo direito à vida plena.

As fotografias seguintes (Figuras 1, 2 e 3), foram registradas durante as maiores manifestações de rua, em diversas cidades argentinas, no ano de 2019, convocadas pelo movimento *Niñas, no madres*. Elas podem ser encontradas tanto no perfil do Coletivo, na rede social Instagram @colectivo.manifiesto, quanto em veículos de imprensa local, tais como Revista Anfíbia, Crisis, Diario Femenino, entre outros. O coletivo existe desde 2013 e é formado por um grupo de fotógrafos que se reúne em Córdoba, Argentina para acompanhar protestos estudantis, lutas por terra e moradia, protestos feministas, entre outros atos de insurgência. O coletivo se organiza de forma independente e horizontal para criar imagens que expressam opiniões e provocam questionamentos.

A equipe reúne diversas perspectivas: designers, comunicadores, cineastas e, entre eles estão hoje: Matías Arriola Silva, Ezequiel J. Luque, Martín Villarroel Borgna, Diana Segado, Fernando Facchin, Marcos Rostagno, Mar Sanchez Rial e Santiago Rocchietti. Escolhemos três imagens produzidas pelo coletivo em 2019 por acreditarmos que elas concentram gestos e materialidades capazes de explicitar a presença de uma semântica visual que, além de dialogar com repertórios já existentes (ver pesquisas realizadas por Carla Gomes e Bila Sorj, 2014; Morgani Guzzo e Cristina Wolff, 2020; Luciana Bertolaccini, 2020; Luciana Ceschin e Virgínia Souto, 2021; e Bruna Pellegrini, 2026) evidenciam uma performatividade capaz de atualizar gramáticas e produzir descontinuidades que oferecem outras possibilidades de construção da memória, desnaturalizando o

que antes era narrado através de enquadramentos hegemônicos. São imagens que produzem o aparecimento político as mulheres, de maneira a enfatizar sua agência, sua dignidade e sua presença.

Em primeiro lugar, podemos observar, pelas imagens, que as jovens se colocam em uma postura afirmativa; unidas, elas miram as câmeras e os olhares, posam encenando uma expressão segura e consciente de sua presença no espaço público compartilhado.

Figura 1



Fonte: Colectivo Manifiesto, Argentina (2019).

Figura 2



Fonte: Colectivo Manifiesto, Argentina (2019).

Figura 3

Fonte: Colectivo Manifiesto, Argentina (2019).

Nas figuras 1 e 2, acima, as jovens se exibem com uma maquiagem mais forte, destacando olhos e bocas, mas também símbolos do feminismo desenhados no rosto, bem como usam, envoltos ao pescoço, os lenços que indicam outra campanha, a dos *pañuelos* verdes, que exigia aborto legal, seguro e gratuito a todas as argentinas, formando um encadeamento espaço temporal entre lutas e pautas. Com a expressão atenta às câmeras, elas não escondem a face, nem desviam o olhar, mas retornam com expressão de vivacidade. Na figura 1, uma das jovens segura um cartaz com a mensagem “*hoy unidas, hacemos temblar el suelo argentino*” em uma nítida declaração de seu estado consciente e sua vontade própria por estar ali reivindicando seus direitos.

Nas imagens, notamos a predominância de mulheres e jovens como aquelas que se juntam nos espaços públicos para reivindicar direitos comuns. O reconhecimento de que a reivindicação não se aplica apenas a uma, mas a todas as meninas e mulheres faz parte da emergência de uma política de exposição de sujeitas aliançadas em uma reivindicação que organiza a cena de aparecimento de corpos e vidas em precariedade, afirma Butler (2018, p.34). Segundo a autora, essas cenas de aparecimento que se constituem a partir da exposição à precariedade não buscam reafirmar seu estado, mas partir dele para produzir mudanças nas condições de violência impostas e, assim, transformar a experiência social da injúria que perpassa esses corpos, atualizando-os ao olhar público. Por isso, ao se constituírem um corpo coletivo e comum às imagens, meninas e mulheres produziriam uma forma de visualidade desafiadora que desestabiliza realidades e normas, considerando o direito de aparecer em cena como um enquadramento sobre a coligação de pessoas que compartilham a mesma condição de sujeição e apagamento em suas vidas cotidianas.

Esse aparecimento político destaca o que Calderón chama de performatividade das imagens, considerando as “funções que a imagem possui na organização de nossa vida cotidiana, da modelagem de nosso olhar, na configuração do espaço público, tendo em vista o modo como circulam, a economia do visível que opera em sua disposição” (2022, p.11). Calderón (2020) sustenta que a performatividade das imagens e a disposicionalidade insurgente da cena de aparecimento fazem com que a imagem seja um “operador de diferença”, permitindo operações que vão redefinir o aparecimento de sujeitos políticos e os modos de sua apreensão e consideração. Não se trata de afirmar que a matéria em si pode produzir novas configurações, mas de reconhecer que ela entra, junto a outros elementos, na composição de uma topologia do sensível que altera previsibilidades e configurações estabilizadas de espaço, tempo e capacidades de agência. Da mesma forma, as imagens integram processos de relação entre indivíduos e formas individuantes, pois reorganizam e questionam as disposições materiais e alteram as superfícies que envolvem processos formativos das condições de acolhida da alteridade (Calderón, 2022).

A figura 2, também reitera esse sentido de corpos de sujeitas que em tudo se expressam, falam e enunciam na tentativa de fazer ecoar suas vozes. O *close* no encontro dos rostos de duas jovens destaca, curiosamente, a justaposição de suas bocas que gritam em uníssono. Essa voz comum é algo similar exibido na figura 3, com as mulheres que aparecem cantando juntas e empunhando os *pañuelos*. A fotografia consegue reiterar essa força aparente de uma voz comum aos corpos juntos ao destacá-los como um volume denso e único enfatizado pela proximidade do primeiro plano; recurso visual comum às imagens de ação fotojornalística cuja fisionomia e expressão facial das pessoas retratadas ativa os percursos de sentido da imagem (PICADO, 2009, p.280).

Pelas fotos, notamos certa jovialidade e um aspecto de alegria nesse tipo de convivialidade efêmera advinda dos encontros nas ruas. Pesquisadoras como Gomes (2017) e Vacarezza (2024), têm assinalado a importância de compreender o papel das sensibilidades e emoções nos protestos feministas. Para elas, a reformulação da presença dos corpos de mulheres nos espaços públicos ativa outro processo de apropriação desses locais que, historicamente, representavam interdição, medo, insegurança, ameaça e, portanto, relacionado às emoções opressivas e/ou depressivas. Contrariamente, hoje as ações públicas feministas buscam desmobilizar essa relação recompondo a presença dos corpos por afetos e sensibilidades diferenciadas. Uma caminhada, uma passeata, cada qual apresenta um conjunto de gestos, cores, movimentos e ritmos através do qual se empenham corpos aliançados para atuar por outra linguagem performativa e política.

Esse aspecto de reformulação dos corpos das meninas e mulheres no espaço público em ação de protesto é fulcral para compreender como essas imagens recentes se articulam e trazem de volta o imaginário de outras mulheres que também se serviram das ruas para a reivindicação coletiva imposta pelos corpos

de seus entes desaparecidos e mortos pelo estado. As madres de Plaza de Mayo, desde 1977, já faziam passeatas pelas ruas de Buenos Aires até chegar à Casa Rosada, sede do governo, desafiando o silêncio e o isolamento impostos pela ditadura militar. A participação ativa das Madres é historicamente reconhecida como uma das ações políticas mais exitosas da América Latina e uma referência basilar para as lutas feministas subsequentes no país.

Muitas das imagens das recentes ações feministas na Argentina, mesmo as do movimento *Niñas, no madres*, evocam traços gerais dos modos de aparecimento das *Madres de Plaza de Mayo*; a escolha do lenço como adereço de luta, a ocupação massiva das ruas, a ostentação de cartazes com frases de efeito acerca da reivindicação de direitos que responsabiliza diretamente o estado, a união dos corpos nas aparições públicas, o sentido de solidariedade e contentamento partilhado entre as manifestantes. Esses elementos de reminiscência trazidos pelas fotografias é o que nos possibilita analisar a relação recursiva através das imagens aqui. Como afirma Lissofsky (2023, p. 05), nenhuma imagem tem precedência sobre as demais; são todas “híbridos de arquétipo e fenômeno, de primeira vez e repetição”. Tal qual proposto por Benjamin (1985), ele afirma que a semelhança é o gesto epistemológico por excelência para o conhecer através da imagem.

A semelhança que procuramos observar jamais nos ocorre quando comparamos as coisas que foram àquelas que hoje são ou às que ainda serão um dia. Trata-se, ao contrário, da semelhança que subsiste na ausência dessas coisas, na falta que elas fazem, e que preserva na memória coletiva, como condição de legibilidade, as imagens do que poderia ter sido (Lissofsky, 2023, p.06).

As similaridades encontradas nas fotos ao observarmos as imagens das manifestações são aspectos que reforçam a hipótese da admissão de certo refluxo entre os movimentos, aproximando-os tanto visualmente quanto temporalmente. Entra em cena uma relação recursiva das imagens e lutas que busca ativar novos arranjos entre o individual e o coletivo, entre a violência e o direito que vão transformando as maneiras de sensibilização e a imaginação sobre o tema.

Sob essa perspectiva, é que analisamos como as fotos das manifestações constituem uma forma de linguagem, de articulação discursiva sob a ação performativa do protesto feminista que tem se constituído em solo argentino, em particular, e latino-americano, extensivamente. Acreditamos que o trabalho da imagem está associado à produção de intervalos, de descontinuidades que impossibilitam roteirizar a experiência dos sujeitos (Calderón, 2020, 2022). Trata-se de olhar as imagens situando-as numa rede, numa “trama” de elementos e múltiplos significados, de maneira a desnaturalizar o que antes era dado, tipificado e registrado na forma de enquadramentos hegemônicos. A política presente no processo de aparecimento dos corpos femininos em aliança está

ligada à capacidade de redistribuição das imagens e à forma como é reconhecida a dignidade dos sujeitos e dos seus modos de vida.

Criança não é mãe: um fio de reivindicação e luta expandida na imagem

No Brasil, a iniciativa Criança não é mãe só foi implementada em 2022 como resposta ao Projeto de Lei 478/2007, conhecido como o Estatuto do Nascituro, resgatado por grupos políticos conservadores que tensionavam aprová-lo na Câmara de Deputados. O PL resgatado propunha a proteção integral da vida desde a concepção, contrapondo-se à realização do aborto legal que é assegurado no país, desde 1940, nos casos de gravidez decorrente de estupro, anencefalia fetal e/ou quando a gestação ocasiona risco à vida da gestante. Em 2024, outro Projeto de Lei foi levado à votação pelo plenário, o PL 1904/2024, que previa uma pena de prisão maior à gestante que realizasse um aborto do que ao homem que cometesse a violência sexual.

Coordenada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o movimento Criança não é mãe não é classificado como um movimento social, tal qual o *Niñas, no madres*, mas como uma campanha informativa institucional. No site criancanaoemae.org.br, o histórico apresentado indica que a campanha utiliza o título tanto como uma *hashtag*, com a finalidade de coletar assinaturas para cartas e documentos que exigem a retirada da votação de projetos como o PL 478/2007 ou o PL 1904/2024, quanto como *slogan* em mobilizações nas redes sociais e nas ruas. No entanto, as manifestações contra a votação do PL1904 alcançaram maior intensidade com protestos expressivos em várias cidades do país quando emergiu a história da menina de 11 anos, que havia sido impedida de realizar o aborto legal por determinação de uma juíza, em uma cidade do estado de Santa Catarina. O caso foi publicado pelos portais de notícias Catarinas e Intercept Brasil, em 2022, e, desde então, foram inúmeros protestos contra a situação de tortura e gravidez forçada da menor.

Quando vemos as fotos das manifestações no Brasil, notamos recorrências àquelas retratadas nas cidades argentinas convocadas pelo *Niñas, no madres*. As imagens captam a diversidade de mulheres posicionadas nas ruas, enfatizando a força da presença coletiva nos espaços públicos, criando imagens que evocam a importância de caminhar juntas, aspecto que, para além de simbolizar o sentido do corpo coletivo, adensa a relação da imagem como outro espaço de luta travado pela ênfase no tipo de abordagem fotojornalística dado à cobertura do protesto (Gustafson, 2019, p. 212). Em todas as fotos, os corpos em aliança são colocados em primeiro plano, seja em *close up*, seja em plano médio ou geral.

Identificar esse aspecto visual é relevante porque reitera a composição de certa recursividade entre todas as fotografias de mesmo tema; as imagens de protestos feministas pelo aborto legal, nos países da América Latina, costuram um tipo específico de visualidade narrativa como a um fio que liga e conduz as

histórias de violência vividas pelas meninas, mas que buscam ressignificação no presente através da dor revista e reposicionada como luta política. Essa operação estética é realizada pelas imagens pondo em ativação o que Calderón (2020, p.131; 2023, p.113) chama de “dispositivo imaginal ou imaginativo”, uma vez que a imagem é um elemento comunicacional que possui a capacidade de abrir à imaginação para romper com a estereotipia do relato fechado e individual.

No âmbito das imagens de protesto feminista isso não significa que haja uma espécie de cartilha ou protocolo pré-definido sobre como as fotografias de manifestações precisam ser elaboradas e divulgadas, mas sim que há uma estratégica proximidade discursiva, enunciativa, entre os modos de enquadramento visual do tema. Aqui é importante destacar que as imagens buscam aberturas imaginativas ou vias de fuga que não encerrem as histórias violentas de vida em relatos enclausurados que se repetiriam iguais, sem frestas, mas, ao contrário, que transformem em pontos de contato aquilo que poderia ser apenas mera repetição. Sob esse viés, a imaginação é vista como “atividade, como um tipo de agência que configura maneiras de fazer: sua dimensão é sempre performativa, articula modos de traçar, desejar, afetar e habitar a realidade” (CALDERÓN, 2022, p.56). A imaginação inventa demonstrações para colocar em relação elementos antes dispersos, instalando outros ritmos, cadências e durações para a vida em comum. A imaginação reúne elementos que já possuem certa organização, mas ela também pode alterar essa organização, uma vez que ela é intervalar e permite a emergência de práticas criativas, de elementos que se relacionam e se recombina na ação.

Sem dúvida, as imagens de protesto feminista tentam comunicar com espectadores de modo que estes constroem e reconstroem a realidade representada, percebem a violência, ainda que simbólica (Radl Philipp, 2011, 2012b), ou seja, fomentam uma leitura que articula o significado de uma grande injustiça social para com as mulheres e meninas nos casos de impedimento ao aborto como um direito. A fotografia atua, então, em um processo simbolicamente mediado da comunicação midiática (Radl Philipp, 2012b, e Radl Philipp et al, 2001), no qual o símbolo é a imagem das ações de protestos feministas que suscitam uma ressignificação da questão central, a saber, a violência contra as mulheres meninas e a desigualdade social em função do gênero que impede seus direitos e, inclusive a sua integridade física. Aqui as imagens são símbolos mediáticos, que “representan la realidad al mismo tiempo que intervienen en su construcción” (Radl Philipp et al., 2001, p. 321).

Em meio a um protesto pelo aborto legal e seguro, no âmbito da campanha Criança não é mãe, em São Paulo, observamos que as fotos de Junior Lima podem ser encontradas tanto em seu perfil pessoal, na rede social Instagram (@xuniorl), mas também em portais de notícia, tais como Brasil de Fato, jornal Metrôpoles, entre outros. Entre as fotos, escolhemos duas que, em diálogo com a literatura por nós apreciada acerca da análise de imagens de protestos feministas, acreditamos reunir características de um tipo de visualidade narrativa que

busca ler gestos insurgentes do passado e ressignificar, no presente, a luta política que articula corpos e olhares nas ruas. Acreditamos que esse conjunto de cinco imagens nos permitem construir aproximações e comparações de modo a encontrar dimensões que os aproximem visualmente e temporalmente. Assim, buscamos construir as análises identificando: arranjos e disposições entre o individual e o coletivo; presença de gestos e materialidades que exigem um olhar não previsto por enquadramentos naturalizados dos eventos (especialmente quadros produzidos pela mídia tradicional); criação de aberturas imaginativas que não reproduzam violência, mas sim permitam indeterminações derivadas da diversidade de mulheres posicionadas nas ruas, valorizando a agência em primeiro plano com o uso *close up*, plano médio ou geral. Entendemos que esses elementos permitem evidenciar como enunciados performativos constituem a realidade que enunciam. Da mesma forma, as imagens integram processos de relação entre indivíduos e formas individualizantes; elas reorganizam e questionam as disposições materiais e alteram as superfícies que envolvem processos formativos materiais das condições de acolhida da alteridade.

A fotografia trazida na Figura 4 centraliza o braço tatuado que ergue o cartaz “nosso corpo não é do estado” e, logo abaixo, a *hashtag* #criancanaoemae. A declaração ressaltada ativa a mesma postura afirmativa das imagens anteriores, estabelecendo relação de continuidade entre as enunciações. Além disso, chama a atenção o sentido relacional colocado pela declaração do corpo feminino que se pretende liberto da violência do estado.

As mulheres não reclamam aos agressores individuais apenas, mas à política de estado sexista que se mantém cúmplice e silencioso em crimes sexuais, ao longo do tempo. As imagens evocam as memórias referenciais da violência estatal mantidas até hoje para que sejam modificadas, e não exclusivamente encenadas na repetição.

Figura 4



Fonte: Junior Lima, São Paulo (2024).

Figura 5

Fonte: Junior Lima, São Paulo (2024).

A figura 5, em plano geral, destaca a presença massiva de mulheres nas ruas e o sentido da força coletiva dos corpos aliançados em protesto. Mesmo em um plano mais aberto notamos o predomínio de signos que identificam a ação feminista: a fumaça verde, o *pañuelo* usado por manifestantes, os cartazes erguidos exigindo o fim do PL.

As fotos retratam o teor da reivindicação feminista identificado no uso do simbólico *pañuelo* em uma clara referência à expansão da luta territorial, corporal, pelos direitos sexuais e reprodutivos que se repete nos países da América Latina. Nesse sentido, o país busca trilhar o mesmo percurso que levou a Argentina a assegurar o aborto como um direito a todas as meninas e mulheres desde 2020.

Esse aspecto é basilar à análise porque entendemos que ação e imagem constituem operadores de uma linguagem que define muito dos limites e possibilidades de rearranjo da imaginação coletiva e, por extensão, do pensamento político, em um campo de intensa disputa. Uma das formas de compreender esse processo é colocada na perspectiva da memória cultural, especificamente, comunicativa e intersubjetiva do ativismo feminista (Radl-Philppip, 2012, 2018; Macón, 2019; Jelin, 2020, 2024).

Para Jelin (2024), a ação feminista vive o recrudescimento da dimensão conflitiva das memórias em torno de suas pautas, permitindo observar uma efervescência renovada entre materiais, agentes e relações. Nesse contexto, questionamos como as imagens de protestos, entendidas como elementos narrativos potentes, têm participado das lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos como um tema visual emergente na constituição de uma espécie de memória do ativismo feminista.

Assim, partir desse breve panorama acerca das imagens de protesto pelo aborto legal e seguro concebido pelo enquadre estético e enunciativo do *Niñas, no madres*, na Argentina, e Criança não é mãe, no Brasil, buscamos analisar como as recentes ações feministas pelos direitos sexuais e reprodutivos que têm reunido milhares de corpos em ocupações, vigílias, caminhadas, entre outras formas de “ação de resistência corporificada” (Butler, 2018, p.44), adquirem visibilidade de caráter político passando a constituir uma espécie de memória da luta coletiva (Jelin, 2024); uma memorialização da ação política, na perspectiva de Butler e Athanasiou (2023).

Para Jelin (2024), as memórias ocupam lugar central na agenda pública feminista conforme a dinâmica de lutas no contexto social, econômico, político e cultural vigente. Essa perspectiva política tem uma importância para o desenvolvimento de uma discussão epistêmica e metodológica, porque, segundo ela, às pesquisas cabe o trabalho de historicizar as memórias (2020, p.15); “las memorias no son el pasado acontecido sino los sentidos e interpretaciones que grupos humanos atribuyen a esse pasado (...)”. Por isso, os sentidos que são concebidos como parte de um consenso social, em certo momento, podem ser revertidos depois. Nesse cenário de mudança na produção de sentidos sobre acontecimentos passados, diversos agentes participam e disputam poder político, cultural, simbólico e social movimentando, assim, a cena pública.

Os acontecimentos vivenciados, em certo período, podem tensionar fortemente o quadro de disputas pelo sentido. Como não há uma essencialidade acerca de qualquer acontecimento passado, os sujeitos constroem um sentido desse passado que pode sempre ser atualizado no presente. Nesse processo, as imagens atuam como instituintes das relações, não atuam como registro fixo de um fato ou acontecimento do passado. Segundo o pensamento de Jelin (2024), o presente é a temporalidade que abre os campos de disputa da ação feminista pelos direitos jogando com os sentidos da experiência individual passada associada a uma expectativa futura coletiva, provocada, podemos dizer, em acordo com Calderón (2022), pela abertura imaginal ou imaginativa das imagens. Assim, o eixo central do pensamento é a historicização das memórias, isto é, como os sentidos de um acontecimento passado emergem em função dos cenários de disputa colocados pelas lutas sociais e que são renovados conforme cada conjuntura, respondendo às demandas políticas (inclusive, emocionais) dos agentes em seu tempo. As imagens produzem cenas de aparecimento nas quais somos convidadas a nos colocar diante das mulheres que teceram sua dor em luta, demandando escuta às suas demandas.

Segundo Jelin (2024), existe uma dimensão conflitiva que não se pode desprezar em nenhuma pesquisa. Os estudos sobre memórias estão sempre em aberto e suscetíveis aos movimentos do presente. A demarcação dos conflitos violentos após a ditadura na Argentina tem uma dimensão peculiar, pois as especificidades da experiência ditatorial latino-americana fizeram com que os demais países do Cone Sul desenvolvessem uma percepção de que as lutas pelos

direitos humanos, em especial, das feministas, precisariam ser garantidas, em primeiro lugar, pelo Estado. Acreditamos que essa centralidade no estado, sem associação com uma mudança política também do campo cultural, sensível e imaginativa pode desdobrar em dificuldades de implementação no cotidiano. Algo que Nancy Fraser (2024, p.271) tem assinalado como um dos recentes desafios para a ação feminista transnacional em um tempo de reconfiguração do estado trazido pela crise neoliberal.

Ainda que cada país mantenha agendas de reivindicações prioritárias particulares, todas elas são perpassadas pela exigência do reconhecimento estatal devido ao acontecimento comum das violências cometidas durante o período da repressão ditatorial compartilhado entre os países do Cone Sul. Esse seria o fio condutor a partir do qual partem as exigências sociais das ações feministas em toda América Latina. A perspectiva de Jelin é adensada pelas contribuições dos estudos de gênero e dos movimentos feministas desenvolvidos, principalmente na Argentina, desde as últimas décadas do século XX. Afinal, questiona (2024, p. 79), por que seria fundamental reconhecer que as agressões sexuais, as práticas de torturas que induziam ao aborto, o sequestro de recém-nascidos das prisioneiras políticas, entre outros, foram crimes de lesa humanidade que eram parte estrutural da violência estatal?

Existe um sentido discursivo comum que une as ações feministas pela reivindicação de direitos na América Latina devido a um sentido de passado violento compartilhado, a uma espécie de “política de memorialização do passado violento” e que, na situação de rua, parece sempre voltar à cena; os corpos exibem o que resguardavam: uma espécie de memória coletiva, corporal, compartilhada e que emerge na união das ruas, trazendo à tona algo que elas chamam de “performatividade plural dos corpos” que pretendem repossuir as normas de visibilidade e audibilidade daquilo que constituía o que era entendido, em um território, como nação (2024, p.176).

Ainda, a relação associativa enunciada na tese de Jelin (2024) é que as lutas sociais, nos países do Cone Sul, após a experiência ditatorial passada, estão coligadas à institucionalização democrática por reconhecer que as violências cometidas durante as ditaduras estão ainda em disputa. Mesmo na Argentina, em sua experiência dos *juicios*, na qual os torturadores militares foram julgados, os demais países latino-americanos adotaram os processos de anistia permitindo que os sentidos atrelados ao passado de violência estatal ainda estejam em um campo de clara disputa entre distintos grupos e vozes.

Desse modo, isso explicaria, em boa medida, as tentativas de golpes como a renovação do PL 478/2007 ou da votação emergencial do PL 1904/2024, no Brasil, mas que têm se debatido contra os corpos aliançados das mulheres em uma expressiva resistência dos encontros como os recentes protestos que têm se repetido pelas cidades brasileiras, tais como pela campanha *Criança não é mãe*.

Considerações finais

Jelin (2024) ressalta que pesquisas sempre oferecem perspectivas, a partir de um foco temporalmente válido, iluminando aspectos que surgem como fenômenos investigativos necessários às demandas sociais de seu tempo. Por isso, as pesquisas sobre os sentidos de memórias de violências vividas, individuais e coletivas, podem, portanto, ser modificadas em nova dinâmica reflexiva, comunicativa e social de ação, inclusive abrindo espaço para que outros grupos e narrativas, antes ocultos ou elididos, compareçam, tais como a ação feminista pelo aborto legal através dos movimentos *Niñas, no madres* e Criança não é mãe. Nesse processo, as novas formas de comunicação e as dinâmicas de interação social não são as responsáveis exclusivas, mas são agentes fundamentais que intensificam esse processo de tensão da agenda pública pelos sentidos, pelas sensibilidades e pela imaginação política em jogo.

Consideramos que essa concepção funciona como uma atitude epistêmica importante devido a emergência de novos atores que passaram a reivindicar, atualmente, sobretudo nos países da América Latina, demandas muito distintas acerca da justiça. Nesse processo, o esforço de muitas pesquisadoras latino-americanas tem passado pela compreensão de que vivemos um novo momento de disputa de sentido pelo passado de repressão e violência estatal no qual não são as vítimas as que exigem reparação e justiça, mas grupos que reacendem valores e sensibilidades conservadores e a nostalgia por um passado militarizado e opressor, seja na Argentina, seja no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa em andamento, oferece um caminho possível para compreender como as lutas feministas têm direcionado outra perspectiva acerca das relações de gênero de modo a não diminuir a importância de sofrimentos, lutos e denúncias, mas de negociar novos arranjos estéticos, afetivos e políticos aos enquadres comumente oferecidos por veículos de imprensa, midiáticos, em geral. Um dos aspectos assertivos da pesquisa foi indicar que as fotografias de manifestações não são elaboradas apenas para uma catalogação documental, para simplesmente representar ou para registro histórico de um tema político, mas para a configuração de uma imagem reconhecível do ativismo feminista que possa ser atualizado pelo olhar social e público e trazido como elemento constituinte da experiência vivida no presente. Ao observarmos as imagens em circulação, nos diferentes espaços, notamos o quanto estão em jogo modos específicos de enquadrar e referir sentidos e afetos conforme o campo de disputa colocado por diferentes grupos; políticos, partidários, religiosos, civis, jurídicos, médicos, ativistas.

Assim também, entendemos que a mobilização de massa, aquela que compõe o corpo coletivo nas ruas, vai além do próprio coletivo institucional de mulheres, mas as intensidades expressivas das ações feministas vistas pelas imagens em circulação alcançam e afetam também espectadoras e espectadores, transpondo os espaços territoriais onde as próprias manifestações foram produzidas e

captadas. Ao emergirem acontecimentos ligados a certas pautas políticas, tais como o aborto legal, esse quadro reassume a centralidade em diferentes ações e práticas que buscam ativá-lo, através de formas distintas, no intuito de romper com modelos estigmatizados de culpa, punição e sofrimento, dando novo corpo a uma nova forma vocalizada de comunicar, reivindicar, entender e exigir um direito.

Mas também é especialmente relevante, na linha epistêmica defendida sobre a representação midiática e as representações das imagens, o aspecto simbólico mediático interativo quanto a representação dos movimentos de protesto que reforça o efeito das ações coletivas nas imagens, no mesmo sentido feminista que toma o espaço público, reivindicando os direitos das mulheres e meninas. Esse efeito tem uma força inovadora social própria também no sentido de conscientização.

Em um compromisso ético e epistemológico, todas observamos que as controvérsias e lutas que marcam os estudos de gênero têm colocado em tensionamento outros aspectos que, antes ocultos ou suprimidos, agora precisam também ser, urgentemente, revistos e debatidos para que não prevaleçam demarcações morais e reacionárias que possam, inclusive, fazer refluir os direitos conquistados, tais como o aborto legal, na Argentina. As imagens e sua performatividade, pensamos, são elementos constituintes importantes à performance política dos corpos empenhados pelos direitos capazes de construir um reconhecimento que opera contra a desposseção e a violência, atuando a favor de revisar e ampliar os conceitos desses direitos.

Referências

- Benjamin, W. (1985). Pequena história da fotografia. In: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense. p. 91-107.
- Bertolaccini, L. M. (2020). Política de las corporalidades: placer, dolor y memoria en protestas sociales feministas de Rosario (2015-2017). *Perspectivas Revista de Ciencias Sociales*. Año 5 No. 9 Enero- Junio 2020, pp. 8-31. Disponível em: <https://perspectivasrcs.unr.edu.ar/index.php/PRCS/article/view/148>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Vida precária*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J.; Athanasiou, A. (2023). *Desposseção*. O performativo na política. São Paulo: Editora Unesp.
- Calderón, A. S. (2020). *La performatividad de las imágenes*. Madrid: Ediciones Metales Pesados.
- Calderón, A. S. (2022). *Imaginación Material*. Santiago de Chile: Ediciones Metales Pesados.
- Calderon, A. S. (2023). *Imágenes que resisten*. La genealogía como método crítico. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona. Instituto de Cultura, La Virreina Centre de la Imatge.
- Ceschin, L.; Souto, V. T. (2021). Protestos e Marchas de Mulheres em Brasília: visualidades e estéticas. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 56. DOI: 10.22456/1984-1191.114334. Dis-

- ponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/114334> Acesso em: 28 mar. 2026.
- Fraser, N. (2024). *Destinos do feminismo*. Do capitalismo administrado pelo estado à crise neoliberal. São Paulo: Boitempo.
- Gomes, C. C. (2019). Imágenes, afectos y narrativas de aborto: un relato del I Simposio de Arte, Política y Feminismo en Córdoba. *Etcétera* - Revista del área de Ciencias Sociales del Ciffyh, v. 5, p. 1-10. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9139082> Acesso em: 19 ago. 2024.
- Gomes, C. C.; SORJ, B. (2014). Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, Agosto de 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922014000200007&lng=en&nrm=iso Acesso em 21 de fevereiro de 2021.
- Gustafson, J. (2019). *Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gêneros no jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Guzzo, M.; Wolff, C. (2020). Afetos no engajamento político das Marchas das Vadias no Brasil (2011-2017). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.28, n.2, e72429, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200603&lng=pt&nrm=iso Acesso em 21 de fevereiro de 2021.
- Jelin, E. (2024). *La lucha por el pasado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.
- Jelin, E. (2020). *Las tramas del tiempo*. Familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales / Elizabeth Jelin; compilado por Ludmila Da Silva Catela; Marcela Cerrutti; Sebastián Pereyra. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Lissovsky, M. (2023). *A fotografia e seus duplos*. Rio de Janeiro: Idea, 2023.
- Lissovsky, M. (2020). A Fotografia e seus duplos: mulheres invisíveis e retratos impossíveis. *Significação: Revista De Cultura Audiovisual*, 47(53), 297-322. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2020.155349>
- Macón, C. (2021). *Desafiar el sentir: feminismos, historia y rebelión*. Buenos Aires: Omnívora.
- _____. Desafiar el sentir tiene que ver con advertir que el orden afectivo es político y se puede derrubar. *Revista Aruda*, 2022. Disponível em <https://revistaruda.com/2022/03/08/cecilia-macon-desafiar-el-sentir-advertir-orden-afectivo-es-politico-y-se-puede-derrubar/> Acesso em junho 2023.
- Pellegrini, B. (2026). *A performance comunicacional de O Conto da Aia como acontecimento na disputa por direitos reprodutivos no Brasil*. 222f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru.
- Picado, B. (2009). A ação e a paixão que se colhem num rosto: pensando os regimes de discurso do retrato humano no fotojornalismo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.276-290, dez.
- Pinto-Coelho, Z., Brandão, A. M. & Mota-Ribeiro, S. (Eds.) (2021). *Do poder político e discursivo das imagens de protestos feministas*, Braga: CECS, Universidade do Minho.
- Pinto-Coelho, Z., Brandão, A. M. & Mota-Ribeiro, S. (2021). Imagens e discursos nos protestos feministas. Introdução. In Z. Pinto-Coelho, A. M. Brandão & S. Mota-Ribeiro (Eds.) *Do poder político e discursivo das imagens de protestos feministas*, Braga: CECS, Universidade do Minho, p. 9-28.
- Radl Philipp, R.; Gómez Vázquez, M. B. Y García Marín, J.: Influencia mediática televisiva, dinámica familiar y roles de género: Algunos datos empíricos sobre la situación de los adolescentes. In: RADL PHILIPP, R. (ed.): *Cuestiones Actuales de Sociología de Género*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas-CIS, 2001, p. 297-319.

- Radl-Philipp, R. M.; Alves, A. E. S. (Org.). *Memoria, género y educación: Investigaciones y cuestiones epistemológicas*. 1. ed. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións de la Universidade de Santiago de Compostela, 2018.
- Radl-Philipp, R. M. (2012a). Acerca del status epistemológico crítico de las investigaciones de género. *Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre as Ciências*, v. 1, p. 23-38.
- Radl Philipp, M. R. (2012b). Identidades de género, medios y nuevos medios tecnológicos de la comunicación. In: García Marín, J. *Postmodernidade e novas redes sociais*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 21-34.
- Radl Philipp, M. R. (2011). Medios de comunicación y violencia contra las mujeres. Elementos de violencia simbólica en el medio televisivo. *Revista Latina de Sociología* v. I, n. 1, p. 156-181.
- Segato, R. L. (2016). La norma y el sexo: Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In: BIDAISECA, Karina (Org.) *Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente*. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, IDEAS, p.31-64.
- Vacarezza, N. (2024). Affects, mourning and justice in visual productions about women's incarceration and deaths for abortion in Latin America. In: Anais do 13o. Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, p.01-11. Disponível em: <https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPI-jtzOjQ6IjgzOTIiO3oiO3M6MT0iaCI7czozMjoiOTkzNzU1OTYxYjFkMjFIYThjNTgxMjR-mMmMoOTMyZGQiO3o%3D> Acesso em: 16 out. 2024.

